

Discursos na escola relacionados à homossexualidade: o papel do professor de Biologia à ruptura de práticas discursivas dominantes

Discourses at school related to homosexuality: the role of the biology teacher in the rupture of dominant discursive practices

Maria da Conceição Costa Melo

Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco
costamcjm@yahoo.com.br

Francimar Martins Teixeira

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
teixeirafrancimar@gmail.com

Resumo

Este trabalho discute as formações discursivas em jogo no controle e na regulação da homossexualidade e o papel do professor do Ensino de Biologia para a ruptura das práticas que alimentam a naturalização dela em posição de patologia. Por intermédio de uma pesquisa de doutoramento, de natureza qualitativa e interpretativa analisamos um conjunto de enunciados produzidos no interior de uma escola, na Zona da Mata Norte do Estado de Pernambuco. A maioria dos ditos proferidos se apoia em formação discursiva que posiciona a homossexualidade na condição de anormalidade. A ruptura de práticas discursivas dessa natureza demanda uma série de investimentos nas práticas das autoridades do discurso pedagógico direcionado à reflexão e autoavaliação dos saberes que movem seus discursos, por conseguinte, dos/as alunos, pois, mudanças nos modos de agir destes/as passam por alterações em suas práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Educação, Homossexualidade, Práticas discursivas, Formação discursiva, Professor do Ensino de Biologia.

Abstract

This work discusses the discursive formations in question the control and regulation of homosexuality and the role of the Biology Teaching teacher in the rupture of practices that feed her naturalization in a pathology position. Through a qualitative and interpretive doctoral research, we analyzed a set of statements produced inside a school in the Zona da Mata Norte of the State of Pernambuco. Most of the sayings given are based on discursive formation that places homosexuality in the condition of abnormality. The rupture of discursive practices of this nature demands a series of investments in the practices of the authorities of the pedagogical discourse, aimed at reflection and self-assessment of the knowledge that moves their discourse, therefore, of the students. Because, changes in the ways of acting of these people undergo changes in their pedagogical practices.

Keywords: Education, Homosexuality, Discursive practices, Discursive formation, Biology Teaching Teacher.

O discurso em curso relacionado à homossexualidade

No sentido de contribuir para o debate acerca de questões relacionadas ao discurso sobre a homossexualidade na escola, abordamos neste artigo formações discursivas que dão sustentação a práticas discursivas produzidas em uma escola na Zona da Mata Norte, no interior do Estado de Pernambuco, resultado de um trabalho de pesquisa de doutoramento em Educação, de natureza qualitativa e interpretativa, que teve como objetivo geral analisar o controle e a regulação da homossexualidade em estabelecimento de ensino. Quanto aos procedimentos metodológicos, utilizamos duas técnicas: observação e entrevista. A técnica de observação do tipo assistemática, não participante, da vida real, serviu para dar conta dos seguintes objetivos específicos: Elucidar as relações de poder e de saber que posicionam e atravessam os sujeitos nos contextos espaciais de uma unidade de ensino na zona canavieira; Descrever como ocorre o controle e a regulação do discurso sobre homossexualidade e suas múltiplas relações com o poder e saber e; Evidenciar as formações discursivas em que as séries de enunciados proferidos se apoiam. Por um período de seis meses, observamos práticas discursivas de autoridades do discurso pedagógico¹ e de estudantes, exercidas em diversos locais como: no pátio escolar, no laboratório de química, na quadra de esportes, na formação continuada ocorrida na escola, nos corredores, nas escadarias, em sala de aulas de quatro turmas distintas, ou seja, 1º Ano D, 2º Ano B, 2º Ano C e 3º Ano C, visto que os estudantes que se autodeclararam homossexual no ambiente escolar estudam em uma destas turmas. Por sua vez, recorreremos ao uso da técnica de entrevista para dar conta do quarto e último objetivo específico: Descrever algumas experiências de jovens estudantes e alunos egressos, indicando certos efeitos de discursos circulantes na família, na comunidade, na escola e em suas vidas. Quanto ao aporte teórico, recorreremos às ideias de Michel Foucault e de outros/as teóricos/as que estabelecem aproximações com a linha de pensamento foucaultiano.

A análise do conjunto de enunciados relacionados à sexualidade, sobretudo, à homossexualidade, mostrou que a maior parte deste a posiciona no lugar de patologia, pecado, perversão, pois, apesar de haver uma dispersão, ou seja, pessoas diferentes usando expressões diferentes na circulação desse discurso, a formação discursiva é a mesma. Nesse processo, a lei de regularidade da formação discursiva designa a reprodução da norma vigente, ou seja, validar a ordem discursiva que instituiu a monogamia heterossexual como sendo a regra ou o padrão de normatividade. Efeitos do discurso do sexo posto em curso na modernidade onde a oposição binária entre os sexos, fundada na dicotomia macho/fêmea, como noção de normalidade, permitiu que a homossexualidade fosse produzida e individualizada a partir de uma relação entre perversão, delinquência e loucura. Entre os séculos XVIII e XIX, por meio do uso de tecnologias racionais, a dimensão sexual humana passou a ser investigada dando início a uma produção discursiva de controle da sexualidade. Ou seja, tratou-se de um processo de encadeamento complexo com a formação de um corpo de conhecimentos fornecidos pela *scientia sexualis* sobre a sexualidade humana, cujo resultado final vai girar em torno de duas

¹ Estamos chamando de autoridades do discurso pedagógico aqueles/as profissionais que dispõem de um saber apreendido em espaços de produção de saber, como universidades, faculdades, que por dispor de um saber reconhecido socialmente tem exercido controle sob os/as alunos/as, como professor/a, diretora, vice-diretora coordenador de apoio, coordenador de disciplina, técnica educacional do sistema de ensino da Regional de Educação - GRE Mata Norte vinculada a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.

dimensões: heterossexualidade e homossexualidade. A primeira, tomada como útil e ideal para o bom funcionamento e permanência da classe burguesa, direcionada para a procriação da espécie e de uma futura sociedade pura e sadia. A segunda dimensão, investigada em termos de anomalia, por ser considerada problemática e danosa à sociedade. Como não se ligava à capacidade de reprodução e estava restrito apenas aos prazeres de interesse individual, sem utilidade de mercado e de manutenção da espécie, acabou sendo repartida, classificada, nomeada e enquadrada como desvio psíquico e/ou biológico (FOUCAULT, 2003).

Na contemporaneidade, “as sociedades e culturas em que vivemos são dirigidas por poderosas ordens discursivas que regem o que deve ser dito e o que deve ser calado e os próprios sujeitos não são isentos desses feitos” (COSTA, 2002, p. 101). No Brasil, após a redemocratização do país, em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e com a Constituição Federal de 1988, colocou-se em curso um conjunto de leis/pareceres/decretos/políticas/programas, ações à promoção de uma cultura em direitos humanos. Direitos humanos, aqui, caracterizados também como um discurso que, como tal, pode ser exercido para se contrapor à visão androcêntrica e homofóbica que viola a dignidade da pessoa humana. Como bem frisa a Carta Magna de 1988, no art. 1º, III, todas as pessoas possuem igual dignidade, desse modo, não pode haver digressões, ou seja, indivíduos com menos ou com mais dignidade. Partindo do princípio da dignidade da pessoa humana, ainda que, na atualidade, a homossexualidade não seja mais tratada como algo anormal pelo saber científico, os indivíduos que transitam por essa dimensão sexual têm, por diferentes modos, sido violados em sua dignidade humana.

Sendo assim, ao tratar os indivíduos conforme esse parâmetro de anormalidade, se estabelece a existência de indivíduos portadores de menor dignidade humana, sendo algo que fere os princípios constitucionais, uma vez que, ao diminuir a dignidade dos indivíduos que fogem desse padrão de normalidade, está se negando o direito à igualdade, à liberdade e à segurança. Garantia de direitos é algo de responsabilidade da escola, trata-se então de um espaço extremamente importante para a reflexão dos discursos por ali circulantes, sobretudo, quando se vê que ela se configura cada vez mais plural. Embora seja uma instituição disciplinar, não podemos perder de vista que é através da educação que se tem acesso a variados discursos e que, na atualidade, uma das funções sociais da escola é a promoção da cultura em direitos humanos, por isso a necessidade de a instituição escolar ser sim, esse lugar de questionamentos das relações de poder e saber produtoras dos indivíduos.

Formações discursivas em jogo

Em função do que foi enunciado no ambiente escolar, consideramos que os ditos se encontram apoiados em duas formações discursivas e optamos em nomeá-las de: Formação discursiva de Vigilância à sexualidade de caráter desviante e Formação discursiva de Garantia de direitos humanos para todos/as. De modo geral, foram proferidos cento e quarenta e oito enunciados, deste total, cento e trinta e sete considerados como ditos que estabelecem relações com a primeira formação discursiva, enquanto onze enunciados se relacionam com a segunda. Há uma vigilância bem expressiva sob a sexualidade de caráter desviante. Vigiar é uma estratégia de poder, um ato sob ações que se manifestam de forma sutil e quase invisível com vistas a garantir a norma pré-estabelecida por meio do controle minucioso do corpo. O olhar vigilante procura a todo o momento afastar tudo que se apresenta inadequado à regra, funciona como uma das técnicas que fabricam o indivíduo (FOUCAULT, 2014).

Nas aulas observadas, notamos que professores/as, após a introdução de elementos associados à homossexualidade por alunos/as, se posicionam não para questionarem o que foi dito por

eles/as acerca do/a colega ou do teor do discurso mantido, mas para assumir o controle do poder autorizado pela prática de ensino, detendo-se no objeto de ensino. Só os assuntos colocados pelos/as estudantes que estabelecem alguma conexão com que se ensina são acolhidos pelos/as docentes. Há um apagamento das coisas ditas, isso se dá por diversos modos de agir, como: silenciar, ensurdecer, policiar, aludir, incitar, omitir, desviar. Em termos de desviar-se do que foi dito pelo aluno, apresentamos, a título de exemplo, o enunciado “Quem não quiser, vai logo saindo” proferido pelo professor da disciplina de Biologia na turma do 1º Ano D, após informar que faria uma síntese sobre o que já se tinha abordado na mesa redonda “Adolescência e Vulnerabilidade das Doenças Sexualmente Transmissíveis”, quando foi interdito por um aluno do seguinte modo: “O professor falou agorinha, essa coisa de viado mais não”. O professor a que o aluno se refere foi o de Sociologia, que abordou a Sexualidade na visão sociológica. A ênfase na perspectiva de que a homossexualidade não se tratava de doença, mas de uma opção sexual, atravessou seu discurso. O uso da concepção da homossexualidade como opção sexual tem sido defendido por pesquisadores/as (SOUSA FILHO, 2009; FACHINNI; FRANÇA, 2009; WEEKS, 2010; OLIVEIRA JÚNIOR, 2016).

Mesmo se tratando de um momento em que a homossexualidade foi tratada como objeto de ensino, o professor de Biologia não problematizou o ato de rejeição manifestado pelo aluno. Como autoridade que dispõe de poder e saber sobre aqueles/as que estão em processo de apropriação de novos discursos, compete ao docente questionar o que foi dito. Fazer uso de interpretações teóricas mais recentes sobre esta dimensão sexual, tratando a questão da homossexualidade em uma perspectiva histórica, sua produção como objeto da ciência e as interpretações teóricas produzidas sobre ela no decorrer destes séculos são possibilidades que devem ser postas em curso, a fim de promover a garantia de direitos para todos/as. Os discursos, gestos e atitudes são aprendidos, tendo em vista que o processo de subjetivação dos indivíduos, experiências, identidades e comportamentos estão sujeitos à sociedade em que vive. Também houve na mesa redonda a participação de duas alunas do 2º Ano B que trataram do Sistema Reprodutor Feminino, Ciclo Menstrual e Gravidez e as duas enfermeiras do Programa Saúde na Família falaram sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Para Ortega (2008, p. 148), “desde as dissecações até as novas tecnologias, a imagem do corpo fornecida é a [...] de um corpo fragmentado, objetivado e desmaterializado: recortado do ambiente. É o corpo-objeto da tradição anatomofisiológica, sem capacidade, nem subjetividade” sendo isso o que mais vem à tona. O diálogo dos professores de Biologia da unidade escolar pesquisada, com a área de Sociologia, rompe com a cadeia discursiva de só abordar a sexualidade a partir da anatomia dos órgãos, da prevenção da gravidez e da higienização dos corpos, tão frequentes no Ensino de Biologia e de Ciências. Isso nos mostra então que há um esforço de professores de Biologia para que a sexualidade seja abordada em outra perspectiva. Práticas dessa natureza podem contribuir para que não se discuta a sexualidade apenas sob o viés da prevenção e/ou da doença, mas também na perspectiva do bem-estar, da solidariedade, da dignidade humana, da afetividade, diversidade sexual e gênero, pois ela envolve a dimensão do prazer, da subjetividade e da intersubjetividade, uma vez que, segundo Weeks (2010, p. 38): “a sexualidade tem tanto a ver com nossas crenças, ideologias e imaginações quanto com nosso corpo físico”. Assim, se sexualidade diz respeito a sujeitos, condutas e valores, então a discussão não deve ficar restrita somente ao instante em que se aborda a questão da reprodução, o debate deve se dar em outros momentos e por outras disciplinas, além de Ciências e Biologia. Na desconstrução de discursos que posicionam a homossexualidade como patologia, é essencial o diálogo com correntes teóricas que posicionam as categorias sociais como construções culturais, linguísticas e institucionais, enfim, históricas, produzidas através das relações de poder-saber, que produz discurso como também o normatiza. O silêncio e o apagamento de acontecimentos de autoridades

pedagógicas, quando a homossexualidade é posicionada como indesejável, podem estar associados à formação discursiva que dá suporte a seus discursos.

Somente uma parte ínfima da produção discursiva por autoridades pedagógicas coloca a dimensão da homossexualidade no campo do direito. Além de a homossexualidade ser abordada como objeto de ensino na mesa redonda promovida pelos dois professores de Biologia para as turmas do 1ª Ano D, ditos sobre essa dimensão também surgiram durante a formação continuada para o corpo docente e a equipe gestora ocorrida na escola em alguns momentos da discussão. Mesmo que a maioria dos enunciados tenha estabelecido relação com algo inadequado, sobretudo durante a discussão da questão do protagonismo juvenil na escola, a formadora (F1) chamou atenção para que não se permitisse a ocorrência de situações que colocassem em risco o trabalho do professor e a imagem do estabelecimento de ensino. O enunciado “Eu fico preocupado apenas dessas músicas, muitas, muitas delas fazem apologia à violência, ao sexo, à prostituição, à homossexualidade” revelou mais uma vez sua preocupação com tipos de músicas cantadas em atividades executadas pelos/as alunos/as sob a orientação do/a professor/a. Já na discussão em torno de qual escola se tem e qual se deseja, a professora de História trouxe a questão da homossexualidade na perspectiva de garantia de direitos. O enunciado “temos aqui dezenas de alunos sim, que são homossexuais. Os primeiros estão com uma grande demanda, e a gente tem que encarar e ver isso de uma forma natural. Tem que respeitá-los, o que eu acho muito difícil”. A docente não só evidencia sua inquietação, mas também a dificuldade de a escola lidar com a presença de estudantes que transitam por essa dimensão da sexualidade.

Sendo assim, a reflexão sobre o que se sabe sobre a homossexualidade, incluindo quais são as relações que se estabelecem quando se fala dela, o lugar de fala que orienta seus discursos, nos parece ser o ponto de partida para que suas orientações pedagógicas se traduzam em práticas que se exercitem os direitos humanos, contrapondo-se à discriminação de qualquer natureza, pois, a escola carece ser um espaço de empoderamento de todos os sujeitos. Na entrevista realizada com os dois estudantes e os dois alunos egressos, de modo geral, os quatro jovens falaram da dificuldade de se aceitar como sujeito de desejo sexual homossexual, de suas frustrações, alegrias e sonhos. Atravessados por marcas promotoras de isolamento, depressão, medo, agressão, tristeza e culpa, embora eles reconheçam a escola como um espaço menos opressor que o meio familiar, no entanto, consideram que a instituição escolar poderia ser mais aberta às questões relacionadas à homossexualidade.

Considerações provisórias

As análises realizadas indicam que o silenciamento, o ensurdecimento, o policiamento, a alusão, a incitação, a omissão e o desvio são práticas discursivas postas em curso por autoridades do discurso pedagógico para suprimir coisas ditas relacionadas à homossexualidade proferidas por alunos/a, garantindo assim o seu apagamento. No entanto, a falta de reflexão sobre o que é apagado só favorece sua repetição tanto no próprio ambiente escolar como em outros ambientes. O lugar de fala das autoridades do discurso pedagógico lhe autoriza não só a problematizar os conteúdos específicos da área de conhecimento a qual se vincula, mas também colocar em questão as formas como se relacionam os/as alunos/as, bem como, investigar se nessas relações há espaço para o acolhimento e para o respeito à diversidade sexual. A introdução de práticas pedagógicas numa perspectiva de garantir a dignidade humana depende de mudanças advindas de formação continuada que problematize o discurso das autoridades do discurso pedagógico, inclusive dos técnicos da rede de ensino que assumem o papel de formadores/as na escola; do fortalecimento de práticas pedagógicas que sinalizam rupturas com o discurso que posiciona a homossexualidade na condição de

patologia, pecado e/ou desvio moral; da intensificação do diálogo entre professores de diferentes áreas do conhecimento; e da modificação das relações estabelecidas nos espaços educativos do ambiente escolar, sobretudo em sala de aula.

Essa prática discursiva de professor se esquivar, de não se contrapor com o/a aluno/a quando este/a coloca a homossexualidade de forma depreciativa, além de favorecer a naturalização desse fenômeno, acaba afetando estudantes que transitam pela vivência homossexual e/ou apresentam traços de gêneros dissidentes. Por isso, diante da ofensa registrada em sala de aula, faz-se necessário a promoção da reflexão, assim se evita que práticas discriminatórias sejam incorporadas como normais, não causando nenhum estranhamento para estudantes que se comunicam dessa forma. O agir nessa perspectiva só fortalece seu compromisso social com os/as alunos/as em formação. Em síntese, se há uma prescrição legal direcionada à proteção da dignidade humana e a escola não reflete sobre as situações homofóbicas ali ocorridas, então ela está em déficit com o que está prescrito. Assim, além de não se obedecer, se abre espaço para o desrespeito, porque fica registrada a ofensa, mas não a reflexão sobre se esse é um procedimento admissível ao escárnio a quem vive essa situação, então nada é feito. Assim sendo, como é que vai se ter mudanças de atitudes dentro da escola se as autoridades do discurso pedagógico não refletem sobre o tratamento dado à questão?

Referências

- COSTA, Marisa Vorraber. Pesquisa-ação, pesquisa participante e política cultural da identidade. *In*: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos II**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luis Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. 42ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014. Trad. Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 2014.
- MELO, Maria da Conceição Costa. **Educação e homossexualidade em sociedade canavieira** : o controle e a regulação da homossexualidade em Escola do Estado de Pernambuco. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/38892/1/TESE%20Maria%20da%20Concei%c3%a7%c3%a3o%20Costa%20Melo.pdf>. Acesso: 04 mar. 2021.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de. MAIO, Eliane Rose. Opção ou orientação sexual? (des)controvérsias na (des)contextualização da homossexualidade. **Ensino em Revista**. Uberlândia. Minas Gerais, v. 23, n. 2, p. 324-344, jul./dez, 2016.
- ORTEGA, Francisco. **O corpo incerto: corporiedade, tecnologias médicas e cultura contemporânea**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SOUSA FILHO, Alípio de. A política do conceito: subversiva ou conservadora? - crítica à essencialização do conceito de orientação sexual. **Revista Bagoas**. Natal, n. 4, p. 59-77, 2009.
- WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. *In*: LOURO, Guacira (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.